



(Tradução)

澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

INTERPELAÇÃO ORAL

Segundo os dados estatísticos do Relatório do Estado do Ambiente de Macau 2016, a quantidade de resíduos sólidos recolhidos em Macau nesse ano totalizou 503 mil 867 toneladas, e a quantidade de resíduos sólidos urbanos descartados “per capita” atingiu 2,11 kg, sendo esse um valor superior ao registado em Pequim, Hong Kong, Tóquio, Singapura, União Europeia e Estados Unidos da América. Contudo, o rácio de reciclagem desses resíduos não chega aos 25%, e a maioria dos resíduos sólidos urbanos tem sido incinerada. Nesse mesmo ano, os rácios da reciclagem em Taiwan e Hong Kong foram, respectivamente, de 57% e 34%, o que revela a gravidade do problema dos resíduos sólidos em Macau, onde o nível de reciclagem é muito inferior ao registado a nível internacional, ou mesmo, nas cidades vizinhas.

A classificação de resíduos sólidos recolhidos começou no ano de 1999 em Macau, com a instalação de depósitos de lixo com três cores para a recolha diferenciada de papéis, metais e plástico. Actualmente, o âmbito dos resíduos sólidos recolhidos foi alargado a objectos de vidro, pilhas usadas, produtos electrónicos, resíduos alimentares, e outros. Essa política de classificação dos resíduos vai completar em breve 20 anos, mas os seus resultados continuam insatisfatórios. Muitos cidadãos não conhecem a forma correcta da recolha classificada dos resíduos, e alguns ecopontos têm sido considerados como depósitos de lixo normais. Muitos deitam no interior do ecoponto as embalagens ainda com bebida ou água, e essa situação terrível revela que a



(Tradução)

澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

educação sobre protecção ambiental é um fracasso. Os ecopontos estão instalados em apenas alguns edifícios particulares, instituições e entidades, e a classificação dos resíduos ainda não faz parte do quotidiano.

Nas cidades vizinhas, a cobrança de uma taxa pelo despejo de resíduos sólidos começou a ser implementada há muito tempo. Na Coreia do Sul, foi implementada, em 1995, a “cobrança de taxa segundo o volume de resíduos produzido”, e a mesma medida foi adoptada, em 1996 e 2000, respectivamente, por Singapura e Taiwan. A cobrança dessa taxa está a ser estudada em Hong Kong, com a sua implementação no segundo semestre de 2019. No Japão, a classificação dos resíduos começou na década de 70, com a separação de matéria combustível e incombustível, e foram necessários 40 anos para aperfeiçoar em pormenor essa classificação, e para fazer parte do quotidiano das famílias e de cada indivíduo. Em Macau, a política de “poluidor-pagador” continua a ser um “slogan”, e não há planos para legislação e fiscalização. As leis sobre a classificação de resíduos e a cobrança de uma taxa pelo seu despejo ainda não estão na ordem do dia. O Governo pretende alterar os hábitos da população, especialmente dos mais idosos, e a forma de tratamento de resíduos, e essa tarefa não é fácil. Apesar disso, a protecção ambiental é um trabalho de grande importância e de longo prazo, e as alterações começam depois do primeiro passo.

Nestes termos, interpelo sobre o seguinte:



(Tradução)

澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

1 - Foi publicado, em finais do ano passado, o Planeamento de Gestão de Resíduos Sólidos de Macau (2017-2026). Nas acções definidas nas estratégias de médio prazo (2020-2022) e de longo prazo (2023-2026), menciona-se de forma pouco clara a “iniciação de consultas públicas sobre o regime de cobrança de taxas para os resíduos urbanos” e a “criação e promoção do Regime de cobrança de taxas para os resíduos urbanos”. Isto significa que o Governo vai colocar a cobrança dessa taxa na ordem do dia do seu trabalho? No futuro, vai ser elaborada alguma legislação para essa questão, e qual será o objectivo? O Governo deve explicar com mais pormenor essa questão relacionada com o quotidiano de todas as famílias, para que a população possa conhecer primeiro e haver preparação.

2 – Em meados de 2011, a Direcção dos Serviços de Protecção Ambiental (DSPA) lançou o “Programa de Pontos Verdes”, atribuindo incentivos à população para pôr em prática as acções de protecção ambiental no seu quotidiano. Assim, sete anos após o seu lançamento, qual o resultado concreto desse programa? Na promoção e sensibilização sobre a protecção ambiental, qual é o efeito desse programa que promove a recolha selectiva periódica de resíduos e a acumulação de pontos através de incentivos e prémios? No futuro, haverá mais medidas concretas para reforçar essas acções de educação e sensibilização?

3 - Segundo o Planeamento de Gestão de Resíduos Sólidos de Macau (2017-2026), o número de incineradores na Central de Incineração de



(Tradução)

澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

Resíduos Sólidos (CIRS) foi aumentado de 3 para 6, depois da sua ampliação em 2008. Porém, como o crescimento do volume dos resíduos sólidos urbanos foi mais rápido do que o previsto, verificou-se um aumento contínuo dos resíduos recebidos pela Central de Incineração de Macau desde 2006 até 2016. De acordo com a tendência de crescimento da população e de turistas em Macau, e ainda com o desenvolvimento e a abertura de grandes infra-estruturas e complexos turísticos no futuro, estima-se que o volume médio de resíduos urbanos produzidos diariamente “per capita” venha ainda a aumentar, pelo que a capacidade de tratamento destes resíduos na CIRS deverá ficar saturada mais cedo do que o previsto. Assim, além do conjunto de acções de redução para 1,48 kg do volume médio de resíduos urbanos produzidos diariamente “per capita”, até 2026, vai haver algum novo plano de ampliação da CIRS? Há mais projectos novos para resolver o problema de aumento crescente de resíduos sólidos urbanos em Macau?

O Deputado à Assembleia Legislativa,

Ho Ion Sang

6 de Agosto de 2018